

# *O nome da língua: processos de institucionalização da língua brasileira e memória*

The name of the language: institutionalization processes of the Brazilian language and memory

*Carne Regina Schons*

Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil

**Resumo:** Neste trabalho, elege-se como objetivo refletir sobre os modos de institucionalização da língua, durante o Estado Novo, tendo como ponto de chegada a noção de fronteira. Observa-se que nesse período mesclavam-se cultura e política com o intuito de mascarar a realidade de controle político dos sujeitos, sob a égide de valorizar as raízes nacionais e instituir uma cultura puramente brasileira e, assim, garantir a unificação nacional. Este estudo, na perspectiva da Análise de Discurso, trabalha com documentos impressos, editados pela imprensa militar, em 1941, versando sobre o Materialismo Histórico e os perigos do comunismo, inclusive sobre a “língua brasileira”.

**Palavras-chave:** Língua. História. Memória discursiva.

**Abstract:** The aim of this work is to reflect on the ways of language institutionalization throughout the *Estado Novo* and comprehend the idea of frontier. It is possible to observe that in this period politics was mixed with culture, aiming to mask the reality of the political control over the citizens, under the aegis of enriching the national roots and establish a purely Brazilian culture, and thus ensure the national unification. This study, in the Discourse Analysis perspective, deals with printed documents, edited by the military press in 1941, which talk about the historical materialism and the dangers of communism, even about the “Brazilian language”.

**Keywords:** Language. History. Discursive memory.

## Algumas palavras introdutórias

*“As interdições não têm a mesma forma e não interferem do mesmo modo no discurso literário e no da medicina, no da psiquiatria e no da direção de consciência”.*

(FOUCAULT, 1996, p. 67).

Carme Regina  
Schons

---

24

No período do Estado Novo, a imposição da língua nacional – a Língua Portuguesa – cria uma “barreira” que impede o entendimento tanto de um dos sentidos sobre o ensino de leitura quanto da produção literária no Brasil. Como a língua passou a ser usada como símbolo da soberania nacional, “a diversidade linguística se faz notar pelo avesso, como uma contraparte significativa permanente à qual o enunciado da nacionalização funcionava como palavra de ordem, sustentando uma posição discursiva politicamente centralizadora e linguisticamente homogeneizante” (PAYER, 2001, p. 246). Se se considerar, neste estudo, as especificidades advindas de questões políticas, posições ideológicas e objetos simbólicos de identificação e, ao mesmo tempo, de elementos simbólicos envolvidos na construção de uma identidade<sup>1</sup>, reforçada pela instituição escolar, volta-se ao modo como a imprensa militar entende o lugar das letras e das artes, especificamente como ela entende a presença do Materialismo Histórico no ensino da literatura e da língua.

Optou-se, inicialmente, por discutir a concepção althussereana de aparelhos ideológicos de Estado, seus desdobramentos nos estudos de Análise do Discurso e suas implicações neste trabalho. Pertence também a esta reflexão a compreensão de Pêcheux sobre “a prática política” e, igualmente, “a prática de produção dos conhecimentos”, sobre as quais o autor chama a atenção para as consequências que a ciência e a política convocam, como as implicações e as injunções ideológicas, políticas e éticas, no processo de produção científica, e ainda as presenças e as ausências<sup>2</sup> e seus esquecimentos/apagamentos.

Para Althusser (1985), as instituições são os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE religioso, escolar, familiar, jurídico) que funcionam especialmente pela ideologia e também pela violência simbólica. “Um apa-

---

1 Faz-se referência a conjuntos de saberes que se repetem, reproduzem-se e fazem trabalhar a relação do sujeito com a história e com a memória discursiva, que, incessantemente, inscrevem-se em redes de filiações de sentidos.

2 Vale lembrar que, para Pêcheux (1975), o sujeito da Análise do Discurso é concebido além de sujeito social; é também dotado de inconsciente, o que permite que atue sob o efeito de dupla ilusão: pensar ser a origem do que diz e ser responsável por seu discurso.

relho ideológico de Estado desempenha o seu papel dominante, muito embora não escutemos sua música a tal ponto ela é silenciosa! Trata-se da Escola” (ALTHUSSER, 1985, p. 79). É importante notar que, para Althusser, dentro de um sistema capitalista, a divisão social de classe tem origem na divisão do trabalho, reforçado pela instituição escolar, ou seja,

[...] toda a divisão técnica... do trabalho é a forma e a máscara de uma divisão de classes. Assim, a reprodução das relações de produção só pode ser um empreendimento de classe. Realiza-se através de uma luta de classe que opõe a classe dominante à classe explorada. (ALTHUSSER, 1985, p. 105).

O nome da  
língua

---

25

Nessa linha de raciocínio, entende-se, via Schons e Mittmann (2009, p. 296), que os AIE “funcionam, promovendo a reprodução das relações de produção. Porém, ainda que os AIE funcionem a serviço da permanência do domínio das classes dominantes, neles mesmos se dá o embate contraditório”. Tal efeito

intervém na representação do real histórico, na medida em que as formações ideológicas constituem-se de modo desigual e contraditório. Por isso uma formação discursiva, representativa da ideologia que lhe subjaz, não é ‘um só discurso para todos’, mas deve ser pensada como ‘dois (ou mais) discursos em um único’. (SCHONS; MITTMANN, 2009, p. 302-303).

Foca-se isso, neste estudo, como “ilusões” de controle sobre os sentidos do outro. Tais “ilusões”, entretanto, passam pelas instituições, passam por regras de comportamento. O “respeito à divisão social-técnica do trabalho”, de acordo com Althusser (1985, p. 58), destina-se aos “seus futuros capitalistas” saber dar as ordens. “A reprodução da força de trabalho não exige somente uma reprodução de sua qualificação, mas ao mesmo tempo de sua submissão às normas da ordem vigente” (p. 58). É possível considerar que “o Estado é uma ‘máquina’ de repressão” (p. 62) e “como Estado de classe, existente no aparelho repressivo de Estado, elucida de maneira fulgurante todos os fatos observáveis nos diferentes níveis de repressão, qualquer que seja o seu domínio” (p. 64). Para Althusser, “repressivo indica que o aparelho de Estado em questão ‘funciona através da violência’ – ao menos em situações limites (pois a

repressão administrativa, por exemplo, pode revestir-se de formas não físicas)” (p. 67-68). A distinção feita pelo autor entre aparelhos ideológicos de Estado e aparelhos repressivos de Estado mostra que estes funcionam por meio da violência e aqueles funcionam pela ideologia. O autor retifica tal distinção observando:

O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também através da ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os ‘valores’ por eles propostos. (ALTHUSSER, 1985, p. 70).

Na interpretação que se faz dessa citação, “se não existe aparelho unicamente repressivo”, porque ele funciona pela violência e pela ideologia, o controle sobre os sentidos produzidos pelo outro também não passa de uma ilusão.

Nessa direção, exhibe-se a primeira sequência discursiva (Sd1), recortada do texto “A insídia comunista nas letras e nas artes do Brasil”, escrito por Raul Machado – juiz militar – e editado pela imprensa militar em 1941, por ocasião do recebimento de um exemplar da obra *Origens e transformações do Materialismo Histórico*, de José Getúlio Monteiro Júnior, publicada em 1937. Nesse período, a política brasileira, construída no limiar de uma nova era, passa por várias mudanças, entre as quais o fechamento do Congresso, nova Constituição e instauração do Estado Novo. Essa sequência é representativa da relação dos governantes com o comunismo.

(Sd1): Acabo de ler seu magnífico livro sobre as ‘Origens e Transformações do Materialismo Histórico’. Rica de informes, que merecem fé, abundante de ensinamentos e segura nas conclusões e na crítica, *esta obra está destinada a despertar na consciência dos brasileiros e na ação dos poderes públicos um sentido de vigilância maior contra os perigos do comunismo.* (MACHADO, 1941, p. 3, grifos nossos).

A referência de Raul Machado ao Materialismo Histórico – como já mencionado, conceito explorado na literatura brasileira – pode ser entendida como ameaça aos poderes públicos e aos brasileiros. Observa-

-se, na (Sd1), que a presença de saberes marxistas na literatura, segundo o sujeito da enunciação, inspira cuidados com a segurança nacional. Quando se lê “[...] está destinada a despertar na consciência dos brasileiros e na ação dos poderes públicos um sentido de vigilância maior contra os perigos do comunismo”, a expressão nominal “vigilância maior” convoca sentidos direcionados à figura do estrangeiro e, por extensão, à do inimigo. A percepção do lugar do inimigo está previamente assinalada, no imaginário do sujeito identificado à formação discursiva (FD) estado-novista. Dessa forma, quando o sujeito do discurso afirma que pode ocorrer uma “vigilância maior”, ao se referir ao Materialismo Histórico, o comunismo é percebido como uma ameaça ao poder do Estado, principalmente porque este busca controle e permanência (seguridade) no poder por meio de seus aparelhos repressores (lei, exército). A partir daí, surge a justificada perseguição aos comunistas, já que “os perigos do comunismo” são, conforme o autor do texto, “estratagemas, mentiras artificiosas”. Nesse caso, o constrangimento criado aos brasileiros, diz Machado, é a presença de ideias comunistas na literatura, que viriam orientar e ajudar na emancipação dos sujeitos, diante de diferentes situações de exploração. Não se deve esquecer, porém, das heranças advindas da administração do governo Vargas sobre o imaginário a respeito do comunismo, ou de tudo que pudesse estar vinculado a ele. É o caso do conceito de Materialismo Histórico, pelo fato de apontar para a origem: Marx, Lênin, Stalin e para seus representantes - comunistas, subversivos, revolucionários, materialistas, proletários - e lembrar ainda do espírito de luta, rebeldia, revoltas, contestações, greves, solidariedade, democracia, transparência, autonomia, organização de base; enfim, de tudo que colocasse em jogo a estabilidade do governo.

Cabe considerar também que, segundo Pêcheux, no jogo variável das formas linguísticas, permutam o presente com o passado e o futuro, já que “na língua se inscreve a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível” (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

Para pensar essas e outras questões fundamentais sobre como o Estado brasileiro teria de lidar com uma materialidade simbólica produzida pelo estrangeiro e por sua língua, toma-se a especificação do conteúdo que qualifica o Materialismo Histórico sobre as práticas proletárias, que utilizam a literatura e a arte, na propaganda por eles tomada como subversiva, aqui descritas na sequência discursiva (2).

(Sd2): Haja vista o que sucede com essa campanha de proletarização da literatura e da arte, na qual a propaganda subversiva mal se esconde à argúcia daqueles que bem conhecem a técnica de disfarce e de embuste dos comunistas. (MACHADO, 1941, p. 4).

A ligação do Materialismo Histórico à “campanha de proletarização da literatura e da arte” consagra a propaganda subversiva, ou seja, a organização social representada na matéria que, segundo o sujeito da enunciação, é “técnica de disfarce e de embuste dos comunistas”. Observa-se que “disfarce” e “embuste” possuem sentido pejorativo e que ambos associam-se à ideia de trapaça, traição. Vale entender que o lugar do inimigo já está previamente assinalado no imaginário do sujeito identificado com a FD estado-novista. Ainda, o emprego da explicação “técnica de disfarce e de embuste dos comunistas” denuncia o que os estado-novistas entendem como sendo subversiva uma espécie de retórica dos sentidos de guerra e de divergências políticas. Logo, se o Materialismo Histórico serve para explicar as forças produtivas de uma sociedade em que há dominação de uma classe sobre as outras, pregá-lo significa orientar as classes exploradas a se revoltar contra seus exploradores e, por consequência, contra os detentores dos meios de produção. Essa materialidade simbólica acresce sentido ao que seria considerado insuportável ao governo brasileiro, as diversidades: raça, religião, política e linguística.

Cabe registrar que a materialidade linguística desvela possíveis modos de nomear e de produzir sentidos. “Ao que sabemos, nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre os aparelhos ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, 1985, p. 71). É possível dizer que o discursivo faz emergir sentidos, revela indícios dos lugares nos quais se inscrevem os sujeitos e a partir dos quais eles falam. Observa-se, nas sequências (Sd1) e (Sd2), que o lugar de onde o sujeito fala é o da classe dominante.

## Da língua-Estado

*A reivindicação dos ‘nomes de lugares autênticos’ cabem tão bem ao discurso patriótico quanto ao discurso democrata. [...] O nome não é somente um objeto do patrimônio, ele é a marca da permanência do tempo.* (SÉRIOT, 1999, p. 31).

Seguindo a concepção teórica pechetiana, o sujeito e a história fazem parte da mesma engrenagem, e a materialidade da língua é atravessada

pela ideologia. De acordo com Pêcheux (1988), o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas, ou reproduzidas.

A língua, então, constitui-se como espaço de resistência. “A resistência das classes exploradas pode encontrar o meio e a ocasião de expressar-se neles, utilizando as contradições existentes ou conquistando pela luta posições de combate” (ALTHUSSER, 1985, p. 72). As relações entre língua e história podem ser retomadas pelo interdiscurso, configurado como o já dito. “Trata-se do que chamamos saber discursivo. É o já dito que constitui todo o dizer” (ORLANDI, 2010, p.18). Considera-se que o conjunto de formações discursivas constitui o interdiscurso, que, paradoxalmente, determina a formação discursiva.

Ao refletir-se sobre as relações língua-história e sobre as relações de contradição, volta-se a Althusser (1985, p. 80), que afirma:

A ideologia é a grande responsável pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista [...]. Os regimes que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (uma vez que é leiga), onde os professores respeitosos da ‘consciência’ e da ‘liberdade’ das crianças que lhes são confiadas (com toda confiança) pelos ‘pais’ (que por sua vez são também livres, isto é, proprietários de seus filhos), conduzem-nas à liberdade, à moralidade, à responsabilidade adulta pelo exemplo, conhecimento, literatura e virtudes ‘libertárias’.

Nessa conjuntura, a unificação da língua e os universalismos podem ser entendidos como uma “barreira política invisível, que se entrelaça simultaneamente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista” (PÊCHEUX, 1990, p. 11). A suposta

imparcialidade atende a uma exigência imaginária sobre a evidência do sentido nos domínios de determinada formação discursiva. Pode-se ver, a seguir, a sequência discursiva (3), na qual o sujeito da enunciação acusa os escritores de romances de explorarem temas sociais, a fim de divulgarem as ideias marxistas.

(Sd3): É assim que, nos romances, a pretexto de ser assunto da época, escolhem um tema social que lhes dará aso à divulgação solerte de ideias e de princípios marxistas. (MACHADO, 1941, p. 4).

*Carme Regina  
Schons*

30

Nota-se que estão presentes traços da ideologia antimarxista nessa sequência. “Pretexto”, “tema social”, “aso” e “solerte” explicam, determinam os romances da época e trazem traços negativos das “ideias e princípios marxistas”. Nesse sentido, o discurso outro pode ser retomado no interdiscurso e, como tal, funciona como discurso-transverso. Quanto ao conceito de discurso-transverso, Pêcheux (1995) pondera que o seu funcionamento remete àquilo que, classicamente, é designado por metonímia, como relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa etc. (p. 163-166). Destaca-se aqui que “aso” e “solerte” remetem ao discurso do outro, no qual ressoam sentidos já acoplados, que definem ações do tipo traição, assim alertando sobre a necessidade de distanciamento, tanto dos romances da época quanto das concepções sociológicas, econômicas, políticas e filosóficas do marxismo.

Para fins de ilustração sobre o funcionamento do discurso-outro, analisa-se a sequência discursiva (4), também recortada do mesmo documento impresso e distribuído pela imprensa militar, que visa a alertar sobre os perigos do comunismo, inclusive para a “língua brasileira”. O recorte é o seguinte:

(Sd4): E, propositadamente, investem contra as regras mais elementares de gramática, porque é preciso corromper a linguagem, nivelando-a, quando possível, à das classes proletárias e incultas, corroendo-se, assim, um dos elementos orgânicos da unidade do povo. E isto se faz, disfarçadamente, sob pretexto de se estar construindo ‘língua brasileira!’ (MACHADO, 1941, p. 4).

Nas sequências discursivas, recém-apresentadas, constata-se que o sujeito da enunciação salienta o entendimento de língua portuguesa e

o domínio do padrão culto. Considerando a afirmação contra os nominados de marxistas, que, segundo o sujeito da enunciação, desrespeitam as regras da gramática, “nivelando-a, quando possível, à das classes proletárias e incultas, corroendo-se, assim, um dos elementos orgânicos da unidade do povo”, percebe-se que a escrita do romance moderno interfere na identidade da língua, que é “um dos elementos orgânicos da unidade do povo”, ou seja, da unidade nacional. Os brasileiros unidos pela língua. Considerando ainda que a proposta deste texto é apresentar o modo como a lei estado-novista entende língua e literatura, ao dizer que, para os materialistas (comunistas), “é preciso corromper a linguagem, nivelando-a, quando possível, à das classes proletárias e incultas”, há a concepção de que, em geral, o comunista destrói, contamina a sociedade, inclusive a “língua brasileira”. Cabe registrar, aqui, que não há interesse em abrir discussão acerca dos tributos do marxismo, mas em observar que os sentidos, nos discursos, trazem indícios dos lugares de onde falam os sujeitos e de como eles se inscrevem na língua.

Dias (2001, p. 185) afirma que a “designação ‘língua brasileira’ surge como nome da língua oficial no Brasil”. De acordo com o autor, desde a legislação de autoria de Marquês de Pombal (1757), que expulsou os jesuítas da colônia, e com a oficialização do ensino da língua portuguesa, o ensino desta incentivou o culto aos clássicos portugueses e, conseqüentemente,

buscou-se cultivar os padrões da língua escrita em Portugal, acentuando o contraste entre língua portuguesa falada por uma elite situada nos principais centros urbanos, e a língua portuguesa, de base oral, utilizada pela população rural, analfabeta, e pela maioria da população das cidades, que não tinha acesso à escola. (DIAS, 2001, p. 187).

Reconhece Dias (2001) que havia clareza, para alguns intelectuais, de que a língua falada no Brasil adquiriria uma nova identidade. A mudança do nome do idioma falado no Brasil, após a Independência, ocorre em 1826, por ocasião da proposição de José Clemente Pereira via emenda, no Parlamento do Império Brasileiro, que determinava que os diplomas dos médicos cirurgiões fossem redigidos em linguagem brasileira, por ser considerada mais própria. Outro exemplo trazido pelo autor é o da lei de 15 de outubro de 1827, que estabelecia o ensino da leitura e da escrita em gramática nacional.

O que se ressalta, na sequência discursiva (4), da designação “língua brasileira” é ainda uma posição chamada por Dias (2001) de legitimista por pregar o culto à vernaculidade. Para o autor, só nas décadas de 30 e 40 do século XX, época em que os sentimentos nacionalistas tiveram grande expressão, a questão língua foi examinada de uma forma mais consistente. Além dos projetos de 1935 analisados por Dias (2001, p. 188-189), que propõem mudanças na denominação do idioma falado no Brasil, há a existência do Decreto-Lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939, que, em seu Art. 15, proíbe o uso de línguas estrangeiras em repartições públicas, em recintos de casernas e durante o serviço militar.

Como formula Dias, no enunciado “‘língua brasileira’ é a ‘língua nacional’ [...], portanto, nega-se o suporte do nome ‘outro’”. A relação com o outro, aqui, põe em funcionamento uma “nova direção referencial” (p. 191) e, junto com as questões de nacionalidade e cidadania, define o tipo de homem que deve compor a nação brasileira.

A posição defendida na sequência (4) é a da vernaculidade, mas o que está subjacente em “investem contra as regras”, “é preciso corromper a linguagem, nivelando-a, quando possível, à das classes proletárias e incultas” e “E isto se faz, disfarçadamente, sob o pretexto de se estar construindo ‘língua brasileira’” é a negação da posição que “caracteriza um conjunto de ocorrências de língua” (DIAS, 2001, p. 193). Neste estudo, a essa posição vêm assentadas questões político-ideológicas que vão além de uma política de língua e de ensino. Trata-se de uma política de Estado em prol do autoritarismo. A língua que, na sequência referida, aparece como um símbolo da identidade nacional, como elemento de formação da nacionalidade e de sentimento de brasilidade, pode ser entendida como um espaço de dominação, como um instrumento de poder, uma vez que o não respeito à regra gramatical põe em risco a unificação dos brasileiros. No entanto, mais que isso, porque representa um espaço para a resistência e para a subversão<sup>3</sup>.

O que chama a atenção, entretanto, é o fato de os militares também falarem sobre a questão da língua brasileira, mas tomando uma posição antinacionalista, no contexto daquela época. Se o governo, por um lado, determinava: “o conhecimento da língua vernácula deve constituir

---

3 Em 1931, havia o DOP (Departamento Oficial de Propaganda); em 1939, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que mobilizava e controlava a opinião pública. No caso das forças policiais militares dos estados brasileiros, funcionavam como “aparelho” coercitivo e repressor, e a formação ideológica, representada pela propaganda oficial, também determinava as novas diretrizes educacionais.

objeto de constante solicitude; levar-se-ão em conta, no julgamento das provas de exames, concursos e demais trabalhos escolares, a clareza e a correção na manifestação do pensamento”<sup>4</sup>; desse modo, visando a adotar uma estrutura geral e específica de funcionamento e metodologia de formação mais qualificada. Por outro lado, buscava mecanismos mais eficientes de doutrinação, uma vez que o exército, como aparelho repressor, ganhava cada vez mais ditatoriais que propunham maior controle e submissão. Nesse caso, ao criticar a posição de defesa da língua do operário, parece mais filiação ao governo estado-novista, menos discurso nacionalista, já que se caracteriza por uma contradição, pois a implementação da proibição política nacionalista do governo Vargas nomeia a “língua brasileira” como negação da língua dos portugueses, do imigrante.

No caso da sequência discursiva (4), a “língua brasileira” defendida pelo juiz militar, embora seja a dos clássicos – a que nega a diversidade linguística –, exhibe um exterior de fronteiras bem demarcáveis, o perigo dos inimigos do governo; ou seja, os comunistas, posto que, para alguns (os engajados no espírito da Semana da Arte Moderna), essa imposição inicie um processo de exclusão. Em decorrência disso, o discurso oficial sobre língua é também uma espécie de controle pela língua. Considerada como elemento simbólico de identidade e de identificação, a língua é também passível de exclusões. As poucas vozes dissonantes, que provavelmente se fazem presentes na literatura, questionam justamente o sentido dessa exclusão.

Para se pensar essas e outras questões dos saberes e das práticas sociais e políticas da formação discursiva estado-novista e toda a complexidade que envolve a língua em face à soberania nacional e ao nacionalismo no Estado Novo e a outros saberes a ele articulados, organizou-se a seção a seguir.

### **Fronteiras e memória**

Na Análise de Discurso, os enunciados advindos de outros discursos funcionam como “sempre-aí”, por efeito da interpelação ideológica, e constituem o *pré-construído*. Pêcheux (1995, p. 99) define o *pré-construído* como “uma construção anterior, mas sempre independente, em oposi-

---

4 Reportamo-nos ao Art. 20 do Decreto Federal n. 23.126, de 23 de agosto de 1933, que estabeleceu as diretrizes gerais de formação dos militares mais técnico-profissionalizante para os quadros das forças militares (Exército, Marinha e Polícias); assim, garantindo um corpo doutrinário mais engajado com os interesses do governo, para exercer controle, não só das polícias estaduais, mas também para reprimir lutas sociais e combater o comunismo.

ção ao que é construído pelo enunciado [...]. O efeito de pré-construído em sua forma pura é a colocação de uma existência singular e a verdade universal que afeta as asserções que incidem sobre essa singularidade”.

O que foi dito em outro lugar e que funciona como se fosse um implícito é, para Pêcheux (1995, p. 167), o discurso transversal que remete a algo acertado em algum outro discurso e que ressoa no intradiscurso. O discurso transversal pode estar presente em diferentes formas linguísticas, como na negação e nas formas de determinação de processos discursivos. O pré-construído e o discurso transversal são elementos de saberes que provêm de outros discursos e do interdiscurso. No caso deste estudo, esses três conceitos trabalhados na Análise de Discurso são fundamentais para pensar-se a noção de fronteira.

Conforme Pêcheux (1995), o pré-construído se apresenta como um dos elementos do interdiscurso, à medida que se constituem (junto com a articulação), no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina. Ao se reinscrever, no discurso do próprio sujeito, a noção de pré-construído pode ser entendida como um ponto de articulação entre duas zonas exteriores e independentes, ou seja, um algo que fala antes, em outro lugar e independentemente, em oposição ao que é construído na enunciação, mas que, de algum modo, se encaixa, se articula e, simultaneamente, produz efeitos de inserções, estabilizações, deslocamentos e exclusões. Assim, pode-se dizer que o modo como a unidade/diversidade funciona, no momento histórico do Estado Novo, e o debate em torno do nome da língua, dizendo como cada um deveria falar, apontam para uma língua de ferro, mas que funciona como se não fosse, reforçam as questões políticas e as relações desiguais.

Logo, o conceito de fronteira, para nós, movimentada o que é de domínio do um e do outro. A linha onde um e outro se tocam é o intradiscurso, lugar em que aparece o trabalho do sujeito, a formulação. De acordo com Courtine (2009), o intradiscurso “é o lugar onde se realiza a sequencialização dos elementos do saber de uma FD e onde ocorre o desnivelamento interdiscursivo” (p. 101). Esse nível de descrição chamado de “fio do discurso” é, para o autor, “o lugar onde se manifesta o imaginário no discursivo, isto é, onde o sujeito enunciativo é produzido na enunciação como interiorização da exterioridade do enunciável” (p. 102).

Nesse caso, entende-se que o melhor conceito, para definir fronteira, é o de formação discursiva. Não se pretende estender todo o per-

curso dessa noção, mas apenas chamar a atenção para o fato de

*uma formação discursiva ser definida como aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifos do autor).*

Vale salientar que os sentidos derivam de cada FD em que se inscrevem os sujeitos. De modo semelhante, as mesmas palavras mudam de sentido de uma formação discursiva para outra; já proposições diferentes podem, no interior de uma FD dada, ter o mesmo sentido. Sendo assim, os usos de palavras se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas. Isso vai ao encontro do que se estudou neste texto; se se observar as condições de produção e de funcionamento da memória, pode-se remeter o dizer a uma formação discursiva (e não a outra).

Ao se considerar que uma FD também abriga, em seu interior, a diferença, a ambiguidade e a contradição, que a constituem, “é preciso deixar de pensar uma FD como repetição na categoria do mesmo (ou do diferente) e de colocar em evidência todas as formas de alteridade constitutivas de sua existência” (COURTINE, 2009, p. 235-236). Dessa forma, devido à maleabilidade das fronteiras da FD, novos saberes, anteriormente alheios a um determinado domínio de saber, podem, em determinadas condições, entrar para uma FD e transformá-la e ainda fragmentar a própria forma-sujeito, até mesmo instaurar uma nova posição-sujeito. Neste último caso, a FD recebe não só saberes que lhe eram alheios, como também os aí interditados que causavam o estranhamento de sentidos da referida FD. Uma FD é um espaço de inumeráveis dissensões em que atuam oposições (contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade), cujos níveis e papéis devem ser observados não com o objetivo de nivelá-las ou de pacificá-las em formas gerais do pensamento, mas de descrever o ponto em que elas se constituem, de definir a forma que assumem, as relações que mantêm entre si e o domínio que elas comandam. Mesmo que haja uma dominante, as outras coexistem, pois uma intervém na outra. Fronteira, em *Análise de Discurso*, é concebida como um lugar de encontro e não de divisão estanque.

Cabe registrar que, para Pêcheux (1995, p. 92), “Todo processo

discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” e designa “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (p. 161). Em outras palavras, Orlandi (2000, p. 36) descreve essa temática como uma “tensão entre processos parafrás-ticos e processos polissêmicos”. Para essa autora, todo o funcionamento da linguagem apresenta “algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”, a paráfrase – o “retorno aos mesmos espaços do dizer” –; e também apresenta o “deslocamento, ruptura de processos de significação”, a polissemia – que joga com o equívoco, com o diferente. O embate de como dizer o nome da língua, embora se repita desde a colonização, não é o mesmo. Rompem-se “embaralhando” os limites entre diferentes FDs. Dessa maneira, instalam a pluralidade, a multiplicidade de sentidos.

O conceito de *fronteira* implica, historicamente, aquilo que está na frente; que tem relação com o social, adquirindo, assim, caráter político, ou seja, um exterior. Nas sequências discursivas analisadas até este momento, verifica-se que o conjunto de enunciações delinea uma fronteira entre saberes de duas formações discursivas: uma que pertence exclusivamente ao conjunto de saberes da formação discursiva estado-novista; outra que é característica da formação discursiva comunista. A língua, para o sujeito inscrito na formação discursiva estado-novista, tem característica limitadora entre o que é de um não é de outro e implica a diluição do estranho, na exclusão do diferente. No caso de nossa análise, a língua do povo identifica-se aos saberes da formação discursiva comunista. Há dois espaços geográficos distintos e ideologicamente interpostos. Não só no falar, mas ainda no escrever, sobretudo na adesão ao gramatical da classe privilegiada, conforme é possível observar na sequência (5):

(Sd5): Da poesia, desvirtuando o alto sentido do movimento modernista, fazem uma prosa *insulsa e desconexa*, sem nenhum propósito de beleza ou de emoção estética, *porque o que têm em mira é a desvalorização do patrimônio poético e da literatura do passado, é a decretação da falência do sentimento artístico nas classes intelectualmente elevadas.* (MACHADO, 1941, p. 4, grifos nossos).

Na sequência discursiva (5), observa-se que se desencadeia um processo para a manutenção de saberes, em que o sujeito identificado à ideologia da formação estado-novista não se identifica com práticas da

produção literária modernista e acusa os autores de serem os responsáveis pela “falência” daquilo que separa um do outro: a língua do padrão culto. Como lembram Gadet e Pêcheux (2004, p. 154), apoiados na formulação de Judith Milner, “quando propõe o conceito de ‘fronteira’ e parece atingir o ponto vacilante do impossível na língua”,

a fronteira supõe ‘uma relação de disjunção exclusiva entre dois conjuntos, cuja única definição é ‘negativa’. Ela ilustra, assim, uma certa interpretação da identidade na língua: ‘não é uma disjunção simples, mas ela conjuga uma oração apresentando uma identidade (tal forma é essa forma, um homem é um homem) e uma outra apresentando a impossibilidade de outra coisa (essa forma não é tal(tais) outra(s), um homem não poderia ser uma mulher). (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 154).

A fronteira se apresenta como o impossível. Um impossível que faz a partição entre dois conjuntos que, embora de mesma natureza, não constituem uma totalidade. Pela maneira como o enunciado se apresenta, percebe-se que há orientação para a defesa de purismos tanto na literatura quanto na língua portuguesa. Considera-se, ainda, em relação à produção literária, a seguinte sequência discursiva.

(Sd6): Urge, portanto, reagirmos, também organizadamente, contra essa *investida maléfica*, mediante uma *rigorosa fiscalização oficial nos livros e publicações de toda a espécie*, impedindo-se a venda e a circulação das *obras que forem manifestamente suspeitas*; divulgando-se na imprensa e pelo rádio as melhores páginas em prosa e verso dos nossos escritores de nomeada real; fazendo-se a exaltação dos valores morais e intelectuais do passado; promovendo-se conferências e estudos destinados a demonstrar como se processa a *invasão do organismo nacional pelas bactérias insidiosas do comunismo*; instituindo-se, em suma, uma *contrapropaganda, que equivalha a um sistema preventivo de profilaxia moral, intelectual e política*. (MACHADO, 1941, p. 5, grifos nossos).

Cria-se, desse modo, a mutação de perspectiva pela qual estão passando os estados e as populações em relação aos limites e às fronteiras, ao adensamento e à diversidade das redes, interferindo em sua dinâmica, ora como restrição (o risco de não se falar a língua do Es-

tado), ora como incentivo ao “lucro” (diferenciais entre as diferentes línguas, idiomas e regiões).

A denominação de língua do povo se dá por adjetivação: “investida maléfica”, “obras manifestamente suspeitas”, “bactérias insidiosas do comunismo”. A designação “nossa língua” inscreve um grupo, já que havia uma impossibilidade histórica, naquele momento, de se adjetivar a língua de todos, pois seu sentido era proibido para outras classes. Era preciso pertencer à classe abastada. A maioria dos falantes perde respeitabilidade e desaparece por trás dos problemas, por trás do outro (comunista), por trás da língua.

(Sd7): A conjuntura político-social, nos momentos que antecederam a tentativa comunista de novembro de 1935, anunciavam-se favorável à *contaminação do país pelas bactérias do marxismo*. Então, como à véspera da instituição do Estado Novo, imperava um desses períodos de crise, ‘em que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, *subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil*’. (MONTEIRO JR., 1937, p. 7, grifos nossos)<sup>5</sup>.

Observa-se, ainda, na análise do *corpus*, que a posição-sujeito, defendida no documento, é a da vernaculidade. A tal posição vêm assentadas questões político-ideológicas que vão além de uma política de língua e de ensino. Trata-se de uma política de Estado em prol do autoritarismo. É nessa conjuntura que a unificação da língua, os universalismos podem ser entendidos como uma “barreira política invisível, que se entrelaça simultaneamente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista” (PÊCHEUX, 1982, p. 11).

Quanto ao papel da memória, é fazer entrar, na discursividade, a negativa de uma regularidade em que a denominação da língua

5 Trata-se de um trecho do discurso-manifesto de Getúlio Vargas à nação brasileira, na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1937, no qual Getúlio procura justificar o tipo de Estado que impõe ao país - o Estado Novo. O referido discurso foi pronunciado na rádio, às vésperas das eleições para presidente, disputadas por José Américo de Almeida e Armando de Salles Oliveira. O presidente Getúlio Vargas, com o apoio dos chefes militares, deu um golpe de Estado, suspendeu as eleições, fechou o Congresso e os partidos políticos e impôs ao país uma nova Constituição, apelidada de Polaca, de caráter nitidamente ditatorial, parcialmente inspirada nos modelos nazifascistas.

nacional se dá pela adjetivação da “língua brasileira”. E a história produz a possibilidade de articulação entre o que pertence à língua de brasileiro e o que é negado. Vale entender, a presença do Materialismo Histórico é a língua do outro e o culto ao nacionalismo é a nossa língua. O que pertence ao campo da memória não pode ser negado; é a injunção da unicidade, do sentido do erro, da língua da multidão de brasileiros.

### **Considerações finais**

É pertinente salientar que a língua é um lugar de contradições, porque, nela, há elementos que estabelecem o contato entre o visível e o invisível da questão histórica das sociedades, assim ocorrendo um (aparente) impasse, no que concerne à relação do discurso com a língua na questão do real da história. Este estudo trabalhou, nessa perspectiva, um ponto impossível de se dizer tudo na língua, mas também aquilo que lhe é mais próprio, conforme formula Milner (1989); ou seja, a dispersão, a contradição, a diversidade, o diferente, o insuportável constituem o real na/da língua e isso tudo é porque a língua, assim como a história, possui uma base material, um plano em que há uma relação entre os universos logicamente estabilizados, em que não é possível traçar as formas de interpretação que marcam a história. Na estrutura da língua, depreender o impossível, o insuportável, significa encontrar na forma como o sujeito que enuncia, afetado pelo inconsciente e pela ideologia, aquilo que mais busca silenciar. E o que silencia? Outros nomes, outros sujeitos, outros sotaques, outras vozes no ato de nominar.

Cabe registrar que a materialidade linguística analisada (des)vela possíveis modos de nomear e de produzir sentidos. O embate sobre como dizer o nome da língua nacional está no registro, que organiza as relações desiguais da língua, e os arquivos que se organizam em torno dela nos dizem das questões políticas e dos falantes que a falam; dizem do impossível. Neste estudo, acrescente-se: impossível que os comunistas tivessem vindo sem suas ideologias, suas práticas e sua língua. Assim, o modo como unidade/diversidade funciona no momento histórico do Estado Novo e o debate em torno do nome da língua, dizendo como cada um deveria falar, aponta para uma certa língua de ferro, e “o nome não é somente um objeto do patrimônio, ele é a marca da permanência do tempo”, no dizer de Sériot (1999, p.

31). Isso porque a língua, assim como um monumento, é dotada de história e de memória.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL. Decreto Federal n. 23.126, de 23 de agosto de 1933. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 ago. 1933. Disponível em: <[http://www6.senado.gov.br/legislacao/Lista\\*Publicacoes.action?id=151887](http://www6.senado.gov.br/legislacao/Lista*Publicacoes.action?id=151887)>. Acesso em: 23 jan. 2013.

Carme Regina  
Schons

40

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 1.545, de 25 de agosto de 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jul. 1939. Seção 1, p. 20.674. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFScar, 2009.

DIAS, Luiz Francisco. O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unimat, 2001. p. 185-198.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel (Org.). **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

MACHADO, Raul. **A insídia comunista nas letras e nas artes do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1941.

MONTEIRO JR., José Getúlio. **Origens e transformação do materialismo histórico (de Marx a Stalin)**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937.

MILNER, Jean-Claude. **Introduction à une science du langage**. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise de discurso. In: \_\_\_\_; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Org.). **Discurso e textualidade**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010. p. 11-31.

\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Pontes: Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2000.

O nome da  
língua

---

41

PAYER, Maria Onice. A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unimat, 2001. p. 235-255.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3. ed. Tradução Eni Pulcinelli. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, Françoise; HAK, Toni (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.

SÉRIOT, Patrick. Anamnésia da língua russa e a busca de identidade na Rússia. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 23-36.

SCHONS, Carme Regina; MITTMANN, Solange. A contradição e a (re)produção/transformação na/pela ideologia. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 295-304.

*Carme Regina  
Schons*

---

42